



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026

DATA DA PUBLICAÇÃO DO AVISO: 11/03/2026

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 17/03/2026

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 13h

CRITÉRIO DE DISPUTA: MENOR PREÇO POR ITEM

A Câmara Municipal de Borda da Mata, localizada à Avenida Wilson Megale, nº 780 (3º Piso da Rodoviária), CEP: 37564-000, por ordem do Sr. Presidente, por meio do Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará contratação, através de **DISPENSA ELETRÔNICA**, com fundamento no art. 75, II da Lei nº 14.133/2021, **exclusivo para participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**, cujo objeto é a contratação para prestação de serviços de registro fotográfico das cerimônias de Mulher Destaque, de Título de Honra ao Mérito, de Título de Cidadão Borda-Matense e de Professor Relevante, a serem realizadas no exercício de 2025, conforme condições estabelecidas no termo de referência.

Através deste aviso, fica demonstrado o interesse da Câmara Municipal de Borda da Mata em obter propostas adicionais de eventuais interessados, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, quando será selecionada a proposta mais vantajosa. As propostas deverão ser enviadas na **Plataforma de Licitações SCPI – Portal de Compras**, no respectivo processo, nos termos do art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/2021, até às 13 (treze) horas de 17 de março de 2026, para análise da proposta mais vantajosa à Administração. Qualquer informação, impugnação ou recurso encaminhar no e-mail: licitacoes@camarabordadamata.mg.gov.br.

Borda da Mata, em 11 de março de 2026.

Élber Antonielle Donizete Veronez
Agente de Contratação e Parlamentar
Setor de Licitações da Câmara Municipal de Borda da Mata



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA ELETRÔNICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2026

OBJETO: Contratação para prestação de serviços de registro fotográfico das cerimônias de Mulher Destaque, de Título de Honra ao Mérito, de Título de Cidadão Borda-Matense e de Professor Relevante, a serem realizadas no exercício de 2026, conforme condições estabelecidas no termo de referência.

1 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 1.1 As despesas correrão por conta da respectiva dotação orçamentária a seguir descrita: Conta 1.01.02.00.01.031.0002.4001.339039 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Ficha 10.
- 1.2 Atesta-se, ainda, a conformidade da contratação com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como a previsão no Plano de Contratação Anual (PCA) de 2026.

2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL PARA O PROCEDIMENTO:

- 2.1 Contratação direta por meio de dispensa eletrônica de licitação, consoante art. 75, II c/c § 3º, da Lei nº 14.133/2021, com valores atualizados pelo Decreto Federal nº 12.807/2025; e Resolução nº 03, de 21 de março de 2023.
- 2.2 No presente procedimento não haverá fase de lances, visto que não se trata de etapa obrigatória, conforme rol do art. 72 da Lei nº 14.133/2021. A normativa interna da Câmara Municipal, qual seja, a Resolução nº 03, de 21 de março de 2023, prevê a possibilidade de utilização da dispensa eletrônica com ou sem fase de lances/disputa, sendo uma faculdade do gestor na elaboração do aviso de contratação. No mesmo sentido prevê o art. 1º da Portaria nº 042, de 15 de outubro de 2024, que assim dispõe:

“Art. 1º A Câmara Municipal de Borda da Mata adotará por padrão a utilização da dispensa eletrônica nas compras fundamentadas nos incisos I e II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, devendo ser disposto no respectivo aviso de contratação se o procedimento conterà com fase de lances/disputa ou não, bem como a plataforma a ser utilizada para a sua realização.

Parágrafo único. Havendo ou não fase de lances/disputa, as contratações de que tratam os incisos I e II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, deverão ser precedidas de divulgação de aviso em diário e em sítio eletrônico oficial,



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados.”.

2.3 Ademais, conforme artigo de Bruno Maciel de Santana:

“Perceba que a norma determina que o órgão deve apenas divulgar em site oficial, por, no mínimo, 3 dias úteis, para o fim de obter outras propostas, além daquelas coletadas de forma tradicional (email, telefone e presencialmente). Ela não exige efetiva disputa, com lances em sequência, etapas de julgamento, de habilitação e de recursos. Nada disso. Isso seria burocratizar a dispensa e transformá-la numa espécie de pregão.”.¹

2.4 A estimava de preços foi realizada de acordo com o mandamento legal do art. 23, §1º, I a IV, da Lei nº 14.133/2021.

2.5 Tendo em vista a previsão do art. 48, I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que prevê que a Administração:

“I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)”.

2.6 Por tratar-se de contratação inferior aos parâmetros acima, o presente processo de compra direta será destinado exclusivamente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme dispõe o art. 60, § 2º da Resolução nº 003, de 21 de março de 2023. No entanto, caso o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, nos termos do art. 49, III da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a exclusividade prevista no aviso de contratação será dispensada, considerando o interesse público e a contratação com uma proposta que seja mais vantajosa à Câmara Municipal.

2.7 A presente contratação está prevista no Plano de Contratação Anual (PCA), com fundamento no inciso VII, § 1º do art. 12, da Lei 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.947/2022 e no art. 5º da Resolução nº 003/2023, prevista na Portaria nº 10, de 26 de janeiro de 2026, constado na Tabela 2 (Serviços de Terceiros), itens 07.

3 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

3.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço por item, nos termos da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), observado os padrões

¹ https://escoladalicitacao.com.br/blog_interna.php?blog=119.



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

exigidos neste termo de referência.

4 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

- 4.1 Até a data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este aviso de contratação.
- 4.2 A impugnação deverá ser enviada exclusivamente pelo e-mail: <licitacoes@camarabordadamata.mg.gov.br>.
- 4.3 Caberá ao Agente de Contratação, nos termos do art. 2º, V da Portaria nº 046/2025, auxiliado pelo setor jurídico da Casa, decidir sobre a impugnação no prazo de 01 (um) dia útil.
- 4.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.
- 4.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 4.6 A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente aviso, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.
- 4.7 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio < <https://www.camarabordadamata.mg.gov.br/>>, no respectivo processo de compra, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 4.8 Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.
- 4.9 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o aviso).

5 DA DISPENSA ELETRÔNICA:

- 5.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será, automaticamente, transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecido no preâmbulo deste Aviso de Contratação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 5.2 O certame será conduzido pelo Agente de Contratação, com o auxílio da Equipe de Apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

- I. conduzir a sessão pública;
- II. receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao Aviso de Contratação e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- III. verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no Aviso de Contratação;
- IV. coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- V. verificar e julgar as condições de habilitação;
- VI. sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- VII. receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII. indicar o vencedor do certame;
- IX. adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- X. conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- XI. encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

- 5.3 As especificações destas atribuições encontram-se regulamentadas pela Portaria nº 046, de 25 de setembro de 2025, que “Dispõe sobre a designação de servidores para atuação na fase preparatória da licitação, na condução dos procedimentos licitatórios e na fiscalização contratual, em observância à Lei Federal nº 14.133/2021, à Resolução nº 003/2023 da Câmara Municipal de Borda da Mata/MG, bem como ao princípio da segregação de funções”.
- 5.4 Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma a ser utilizada, desde que sejam empresas qualificadas, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação.
- 5.5 Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema utilizado, para acesso ao sistema e operacionalização, disponível no site da Câmara Municipal.
- 5.6 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 5.7 O ingresso do fornecedor na dispensa eletrônica se dará com o seu credenciamento e cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 5.8 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio da plataforma, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, conforme prevê o art. 60, §



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

4º da Resolução nº 003, de 21 de março de 2023.

- 5.9 O licitante deverá elaborar a sua proposta com base no termo de referência e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.
- 5.10 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 5.11 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, devendo ser igual ou menor que valor do termo de referência.
- 5.12 Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.13 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação/proposta adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.14 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.15 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;
- 5.16 Não haverá etapa de lances na presente contratação, ao qual será realizada com a melhor proposta inserida no sistema, ou em sua falta, com a melhor proposta adquirida na fase de cotação.
- 5.17 Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:
- I. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - II. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

- III. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II. Empresas brasileiras;
- III. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.19 Os documentos comprobatórios para fins de desempate, conforme itens acima deverão ser juntados pelos participantes juntamente com os documentos de habilitação.

5.20 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/21.

5.21 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.22 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.23 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.24 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.25 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 5.25.1.1 conter vícios insanáveis;



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

5.25.1.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.25.1.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.25.1.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.25.1.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.26 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

5.26.1.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.26.1.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.27 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.28 Considera-se absolutamente inexequível a proposta que reduzir o valor do em mais de 75% (setenta e cinco por cento).

5.29 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha pode ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.30 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.31 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

- 5.32 Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.33 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.34 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.
- 5.35 Não havendo interessados em participar da dispensa eletrônica, no momento da sua abertura, qual seja o horário determinado neste aviso de contratação, o Agente de Contratação encerrará a sessão, lavrará ata do ocorrido, e conduzirá a contratação com a melhor proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base para o procedimento, nos termos do art. 60, § 6º da Resolução nº 003, de 21 de março de 2023 c/c art. 22, III da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, desde que atendidos os demais requisitos deste aviso de contratação.
- 5.36 É vedada a participação de empresa(s):
- a) Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
 - b) Declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera de Governo da Federação;
 - c) Suspensa de licitar/contratar junto à Câmara Municipal de Borda da Mata/MG;
 - d) Cujos sócios, diretores, representantes ou procuradores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante;
 - e) Estrangeiras que não funcionem no País;
 - f) Enquadrada nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/21;
 - g) Em consórcio;
 - h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 TCU – Plenário);
 - i) Que tenha como sócio ou administrador os seguintes agentes pertencentes a Borda da Mata, MG: Prefeito, Vice-Prefeito, vereadores, ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança, as pessoas ligadas a qualquer deles, por matrimônio ou parentesco afim/consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, e os servidores empregados públicos municipais de Borda da Mata, MG.



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

j) Durante a vigência da contratação, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da contratação, devendo essa proibição constar expressamente do Aviso de Contratação de licitação, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

k) Que não explorem o ramo de atividade compatível com o objeto deste processo de compra.

5.37 Justifica-se a vedação à participação de empresas em consórcio uma vez que a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do Aviso de Contratação. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio, o que não é o caso em questão, na medida em que várias empresas isoladamente apresentam condições de participar do presente certame. Tal medida visa afastar a restrição à competição, pois a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços reduziria o número de licitantes.

5.38 Nos termos do art. 82, VII da Lei nº 14.133/2021, será possível o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, a ser averiguado no momento do julgamento das propostas, conforme a viabilidade operacional.

6 DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO:

6.1 Serão exigidos os documentos de habilitação, de acordo com o art. 62 da Lei nº 14.133/21, o licitante, juntamente com a proposta deverá apresentar a documentação abaixo relacionada:

I. Da Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, dentro do prazo de validade;
- c) Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- e) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual ou distrital da sede da licitante;



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

II. Da Regularidade Trabalhista:

- a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeito de negativa, em cumprimento ao disposto na Lei n.º 12.440, de 07/07/2011.

III. Da Qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão Negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
- 6.1.1 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
 - 6.1.2 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
 - 6.1.3 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
 - 6.1.4 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
 - 6.1.5 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7 DOS RECURSOS:

- 7.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de proponentes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 60, § 8º a 10 da Resolução nº 003, de 21 de março de 2023.
- 7.2 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas, a declaração de vencedor, ou o ato de habilitação ou inabilitação do proponente:
 - 7.2.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada em até 30 (trinta) minutos, contados do envio de notificação via chat/sistema, pelo Agente de Contratação, sob pena de preclusão;
 - 7.2.2 O prazo para apresentação das razões recursais, de 03 (três) dias úteis, será iniciado na data de intimação via sistema após a manifestação da intenção de recorrer, findo este, iniciar-se-á o prazo de 03 (três) dias úteis para contrarrazões.



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

- 7.2.3 Não havendo manifestação de intenção de recurso, a fase recursal será dispensada pelo Agente de Contratação, encaminhando-se para análise da autoridade competente para adjudicação/homologação.
- 7.2.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 7.2.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.2.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 7.2.7 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

- 8.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
 - 8.1.1 determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
 - 8.1.2 revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
 - 8.1.3 proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
 - 8.1.4 adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- 8.2 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será enviada ordem de fornecimento, visto que por ser dispensa de licitação em razão do valor, bem como elaborada ata de registro de preços, a ser enviada à contratada.
- 8.3 A Câmara Municipal reserva para si o direito de não aceitar nem receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo extinguir a contratação nos termos previstos nos artigos 137 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, assim como aplicar o disposto no §7º do artigo 90 da mesma lei, sem prejuízo das sanções previstas.
 - 8.3.1 Qualquer tolerância por parte da Câmara Municipal, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pelo contratado, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Câmara Municipal exigir o seu cumprimento a qualquer



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

tempo.

- 8.4 A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Câmara Municipal e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela contratada para a execução do objeto contratual, sendo o contratado o única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.
- 8.5 O contratado, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta, à Câmara Municipal, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se à Câmara Municipal o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.
- 8.6 O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 8.7 Anexo I – Termo de Referência;
- 8.8 Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
- 8.9 Anexo III – Modelo de Declaração de Enquadramento como ME/EPP;
- 8.10 Anexo IV - Minuta do Contrato;

Luiz Carlos da Silva
Presidente da Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO:

1.1 Contratação para prestação de serviços de registro fotográfico das cerimônias de Mulher Destaque, de Título de Honra ao Mérito, de Título de Cidadão Borda-Matense e de Professor Relevante, a serem realizadas no exercício de 2026, conforme condições estabelecidas no termo de referência.

1.2 TABELA REFERENCIAL:

Item	Descrição	QT	Preço Referencial (unitário)	Preço Referencial (total)
01	Contratação para prestação de serviços de registro fotográfico das cerimônias de Mulher Destaque, de Título de Honra ao Mérito, de Título de Cidadão Borda-Matense e de Professor Relevante, a serem realizadas no exercício de 2026, conforme condições estabelecidas no termo de referência	04	R\$ 750,00	R\$ 3.000,00

2 ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

- Empresa especializada em serviços de fotografia em geral, com equipamento profissional do contratado e conforme a determinações da organização do evento.
- Utilizar de seus próprios equipamentos profissionais para registro das fotografias e seguir as determinações da organização dos eventos;



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

- c) Os serviços serão realizados de forma parcelada durante o exercício de 2026, devendo o fornecedor manter o preço durante a vigência contratual, para eventos a serem realizados nas seguintes datas:
- “Título Mulher Destaque” em 29/04/2026 às 19h;
 - “Título Honra ao Mérito” em 29/06/2026 às 19h;
 - “Título Professor Relevante” em 14/10/2026 às 19h;
 - “Cidadão Borda-Matense” em 14/12/2026 às 19h;
- d) As datas elencadas no item anterior poderão ser alteradas, com prévia comunicação e concordância do fornecedor, mantido o preço original e dispensada a realização de aditivo.
- e) Estar disponível 30 minutos antes do início até o encerramento de cada evento;
- f) Entregar, em até 10 (dez) dias após cada evento, em mídia acessível, ao menos cerca de 300 (trezentas) fotos para cada evento, fornecendo à Câmara Municipal com o devido tratamento e resolução adequada, respeitando o presente no cerimonial, o registro de legisladores e autoridades competentes na entrada e no uso da palavra, além do registro do momento da entrega das honrarias aos homenageados e do uso da palavra por parte destes, assim como do público presente.
- g) Da mesma forma, deverá disponibilizar virtualmente um link para que os vereadores, a população em geral e a imprensa tenham acesso às imagens e possam fazer download de todo o material, conforme suas necessidades, por um período de 90 (noventa) dias, o que será disponibilizado no site oficial da Câmara Municipal

3 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

- 3.1 O título de “Mulher Destaque”, instituído pela Resolução nº 03/2024, destina-se a agraciar mulheres que tenham prestado relevante serviço ao Município de Borda da Mata/MG ou que tenha tido atuação de destaque em sua atuação profissional, independentemente de residirem ou não no Município de Borda da Mata/MG.
- 3.2 Já o “Título de Honra ao Mérito” e de “Cidadão Borda-Matense”, previstos na Resolução nº 01/2023 e nos arts. 295 e seguintes do Regimento Interno, visam homenagear na forma da lei, cidadãos que se destacam na sociedade e ao mesmo tempo torna-se uma prática que contribui para o reconhecimento e valorização de indivíduos que realizam contribuições significativas para a comunidade. Essa iniciativa está alinhada com os princípios fundamentais da democracia representativa e fortalece os laços entre o Poder Legislativo e a população.
- 3.3 Por fim, o título de “Professor Relevante” está previsto na Lei nº 2.481/2024, destinado a agraciar professores que tenham prestado relevante serviço ao Município de Borda da Mata/MG ou que tenha tido atuação de destaque em sua atuação profissional, independentemente de residirem ou



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

não no Município de Borda da Mata/MG.

- 3.4 Tais eventos buscam promover um ambiente de reconhecimento e valorização da cidadania, incentivando a participação ativa dos cidadãos na construção de uma comunidade mais justa, solidária e desenvolvida. Ao seguir o que está previsto no regimento interno e na legislação interna, a Câmara Municipal reforça seu compromisso com a promoção do mérito e da excelência, demonstrando transparência e respeito pelos valores que embasam o funcionamento da instituição democrática.
- 3.5 Além disso, a concessão de honrarias pela Câmara Municipal busca promover um ambiente de reconhecimento e valorização da cidadania, incentivando a participação ativa dos cidadãos na construção de uma comunidade mais justa, solidária e desenvolvida. Ao seguir o que está previsto no regimento interno e na legislação interna, a Câmara Municipal reforça seu compromisso com a promoção do mérito e da excelência, demonstrando transparência e respeito pelos valores que embasam o funcionamento da instituição democrática
- 3.6 Desse modo, faz-se necessário que haja o registro fotográfico desses eventos para sua disponibilização no site oficial da Câmara Municipal, como forma de gratidão e reconhecimento às pessoas que influenciaram positivamente a vida da comunidade, servindo ainda como fonte de inspiração para outras pessoas e promovendo um sentimento de unidade e pertencimento na comunidade.

4 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 4.1 As despesas correrão por conta da respectiva dotação orçamentária a seguir descrita: Conta 1.01.02.00.01.031.0002.4001.339039 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Ficha 10.

5 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

- 5.1 A seleção do fornecedor será realizada por meio de contratação direta por meio de dispensa eletrônica de licitação, consoante art. 75, II c/c § 3º, da Lei nº 14.133/2021, com valores atualizados pelo Decreto Federal nº 12.343/2024; e Resolução nº 03, de 21 de março de 2023, com critério de julgamento por MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União (TCU).
- 5.2 Serão aceitas propostas que atendam às especificações técnicas descritas neste Termo, com valor compatível com a pesquisa de preços realizada pela Administração.

6 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

- 6.1 A empresa contratada deverá iniciar o fornecimento do objeto deste processo licitatório conforme solicitação e demanda da Câmara Municipal, devendo arcar com todos os custos inerentes à prestação dos serviços.



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

- 6.2 Os serviços serão realizados de forma parcelada durante o ano, sendo o “Título Mulher Destaque” no mês de abril; “Título Honra ao Mérito” no mês de junho; “Cidadão Borda-Matense” no mês de dezembro; “Título Professor Relevante” no mês de outubro, conforme solicitação prévia da Câmara Municipal.
- 6.3 As datas elencadas no item anterior poderão ser alteradas, com prévia comunicação e concordância do fornecedor, mantido o preço original e dispensada a realização de aditivo.
- 6.4 Estar disponível 30 minutos antes do início até o encerramento de cada evento.
- 6.5 Entregar, em até 10 (dez) dias após cada evento, em mídia acessível, ao menos cerca de 300 (trezentas) fotos para cada evento, fornecendo à Câmara Municipal com o devido tratamento e resolução adequada, respeitando o presente no cerimonial, o registro de legisladores e autoridades competentes na entrada e no uso da palavra, além do registro do momento da entrega das honrarias aos homenageados e do uso da palavra por parte destes, assim como do público presente.
- 6.6 Da mesma forma, deverá disponibilizar virtualmente um link para que os vereadores, a população em geral e a imprensa tenham acesso às imagens e possam fazer download de todo o material, conforme suas necessidades, por um período de 90 (noventa) dias, o que será disponibilizado no site oficial da Câmara Municipal.
- 6.7 O local designado para a prestação dos serviços será na Câmara Municipal, a Av: Wilson Megale, nº 780 (3º Piso da Rodoviária), Borda da Mata/MG, Cep: 37564-000, no horário das 12 às 18 horas, de segunda à quinta-feira, ou das 8h às 14h na sexta-feira, conforme ordem de fornecimento expedida pela contratante, sendo o custo com a entrega suportado integralmente pela licitante vencedora.
- 6.8 Se o objeto fornecido não corresponder às especificações solicitadas, o contrato poderá ser imediatamente rescindido, e as quantias eventualmente pagas deverão ser devolvidas acrescidas de juros de mora e correção monetária e multa administrativa incidente, na forma do disposto neste termo.
- 6.9 Ficam nomeados como fiscais da contratação os servidores designados na Portaria nº 45, de 24 de setembro de 2025, que serão responsáveis pelo abastecimento dos estoques do objeto deste processo de compra à Câmara Municipal.
- 6.10 Deverá a contratada indicar preposta para comunicação junto à Câmara Municipal.

7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 São obrigações da Contratante:



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

- 7.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo;
 - 7.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos e serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 7.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido e/ou serviço realizado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 7.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 7.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto e prestação do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
 - 7.1.6 A contratante informará a empresa contratada os servidores que estarão em licença e demais ocorrências previstas em lei e decreto que elidem o direito ao crédito no mês da ocorrência;
- 7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 8.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 8.1.2 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
 - 8.1.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
 - 8.1.4 Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
 - 8.1.5 Comunicar à Administração da Câmara Municipal qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

8.1.6 Responsabilizar-se por todos os encargos tributários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes desta contratação.

8.1.7 Fornecer o Objeto licitado, com as mesmas características das especificações exigidas no Termo de Referência e/ou aprovadas em tabela apresentada na Sessão.

9 DA SUBCONTRATAÇÃO:

9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

10 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

10.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

11 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

11.1 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 117, §4º, I, da Lei nº 14.133/2021

11.3 O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4 Ficam nomeados como fiscais da contratação os servidores designados na Portaria nº 45, de 24 de setembro de 2025, que serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização, ateste e gestão quanto à execução contratual, bem como pelo abastecimento, controle e acompanhamento dos estoques, saldos e quantitativos do objeto deste processo de compra à Câmara Municipal.

12 DO PAGAMENTO:



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

- 12.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota fiscal, atestada e emitida de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Contabilidade da Casa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado;
- 12.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal quando o órgão contratante atestar a execução do objeto da contratação;
- 12.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 12.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 12.5 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 2 (dois) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;
- 12.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 12.7 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;
- 12.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da contratação, caso a contratada não regularize sua situação;
- 12.9 Será rescindido a contratação em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;
- 12.10 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 12.11 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas na contratação, erros ou atrasos no cumprimento da contratação, infringência do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

13.1.1 Advertência;

13.1.2 Multa, conforme os percentuais definidos a seguir:

13.1.3 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, prestação do serviço, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

13.1.4 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do valor da contratação, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;

13.1.5 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, nos casos:

- a) inobservância do nível de qualidade dos serviços;
- b) transferência total ou parcial da contratação a terceiros;
- c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;
- d) descumprimento de cláusula contratual.

13.2 A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 03 (três) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

13.4 O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Borda da Mata/MG, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

14 DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

- 14.1 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 14.2 Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
- 14.3 A revisão de preços do contrato se traduz em condição excepcional de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo Município de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.
- 14.4 Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.
- 14.5 Defasagens financeiras ao longo do contrato são admissíveis, fazendo parte da álea econômica ordinária, devendo ser suportadas pela contratada até a data-base do reajuste.
- 14.6 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.
- 14.7 Na hipótese de a contratada solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.
- 14.8 Para os fins deste item, a variação dos custos deverá ser comprovada através da apresentação de nota fiscal emitida no período da contratação, que comprove o referido custo de aquisição e de venda, e de nota fiscal no período da solicitação de alteração, de modo a comprovar assim a majoração do custo do produto ou serviço.



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

- 14.9 O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.
- 14.10 A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica da contratante, porém contemplará os serviços prestados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do Contratante, sendo lavrado termo aditivo.
- 14.11 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender a execução dos serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

15 DA RESCISÃO CONTRATUAL:

15.1 A rescisão contratual poderá ser:

- 15.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 15.1.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.
- 15.1.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 15.1.4 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 15.1.5 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- I - devolução da garantia;
 - II - pagamentos devidos pela execução da contratação até a data de extinção;
 - III - pagamento do custo da desmobilização.
- 15.1.6 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, na retenção dos créditos decorrentes da contratação até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

- 15.1.7 A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II desta cláusula ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.
- 15.1.8 Na hipótese do inciso II desta cláusula, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.
- 15.1.9 A contratada reconhece os direitos da contratante nos casos previstos na Lei 14.133/2021.
- 15.1.10. Constituem motivos para extinção contratual os casos descritos no art. 137 da Lei 14.133/2021.

Luiz Carlos da Silva
Presidente da Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Nome da empresa: _____

CNPJ: _____ / _____

Endereço: _____, nº _____, bairro _____, cidade _____

Endereço eletrônico: _____

Telefone para contato: () _____

Nome completo do responsável pela proposta: _____

Contratação para prestação de serviços de registro fotográfico das cerimônias de Mulher Destaque, de Título de Honra ao Mérito, de Título de Cidadão Borda-Matense e de Professor Relevante, a serem realizadas no exercício de 2026, conforme condições estabelecidas no termo de referência.

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	04	SERV.	CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS CERIMÔNIAS DE MULHER DESTAQUE, DE TÍTULO DE HONRA AO MÉRITO, DE TÍTULO DE CIDADÃO BORDA-MATENSE E DE PROFESSOR RELEVANTE, A SEREM REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2026, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$	R\$

VALOR TOTAL: R\$ _____

PRAZO PARA ENVIO DA COTAÇÃO: 03 (três) dias úteis.

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

- a) Empresa especializada em serviços de fotografia em geral, com equipamento profissional do contratado e conforme a determinações da organização do evento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

- b) Utilizar de seus próprios equipamentos profissionais para registro das fotografias e seguir as determinações da organização dos eventos;
- c) Os serviços serão realizados de forma parcelada durante o exercício de 2026, devendo o fornecedor manter o preço durante a vigência contratual, para eventos a serem realizados nas seguintes datas:
- “Título Mulher Destaque” em 29/04/2026 às 19h;
 - “Título Honra ao Mérito” em 29/06/2026 às 19h;
 - “Título Professor Relevante” em 14/10/2026 às 19h;
 - “Cidadão Borda-Matense” em 14/12/2026 às 19h;
- d) As datas elencadas no item anterior poderão ser alteradas, com prévia comunicação e concordância do fornecedor, mantido o preço original e dispensada a realização de aditivo.
- e) Estar disponível 30 minutos antes do início até o encerramento de cada evento;
- f) Entregar, em até 10 (dez) dias após cada evento, em mídia acessível, ao menos cerca de 300 (trezentas) fotos para cada evento, fornecendo à Câmara Municipal com o devido tratamento e resolução adequada, respeitando o presente no cerimonial, o registro de legisladores e autoridades competentes na entrada e no uso da palavra, além do registro do momento da entrega das honrarias aos homenageados e do uso da palavra por parte destes, assim como do público presente.
- g) Da mesma forma, deverá disponibilizar virtualmente um link para que os vereadores, a população em geral e a imprensa tenham acesso às imagens e possam fazer download de todo o material, conforme suas necessidades, por um período de 90 (noventa) dias, o que será disponibilizado no site oficial da Câmara Municipal.

OBSERVAÇÕES SOBRE A PROPOSTA A SER APRESENTADA:

- a) Esta proposta é válida por 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.
- b) Será responsável pela relação negocial com a Câmara Municipal o(a) Sr.(a) _____, telefone: _____.
- c) Tomamos conhecimento e concordamos integralmente com todas as condições estabelecidas neste Aviso de Contratação, inclusive seus anexos, obrigando-se ao cumprimento de todas as exigências nele contidas.
- d) Nos preços propostos encontram-se incluídos todos os impostos, tributos, encargos sociais, quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação do serviço da presente licitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

- e) Nos comprometemos a fornecer os pedidos no prazo estipulado no Termo de Referência.
- f) Estamos cientes que o pagamento se dará em até 30 (trinta) dias após a emissão e envio da nota fiscal ao e-mail da Câmara Municipal – < camaramunicipalbm@yahoo.com.br>.
- g) Conta bancária e PIX para pagamento:

_____, _____, _____ de 2026

Assinatura do responsável



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

ANEXO III- MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa, inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a), portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e o CPF nº....., DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a sua qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º; que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

_____, _____, _____ de 2026

Representante Legal



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026

Contrato para prestação de serviços de registro fotográfico das cerimônias de Mulher Destaque, de Título de Honra ao Mérito, de Título de Cidadão Borda-Matense e de Professor Relevante, a serem realizadas no exercício de 2026, conforme condições estabelecidas no termo de referência, que celebram entre si a Câmara Municipal de Borda da Mata e XXXXXXXX.

Aos XXX dias do mês de XXXX do ano de dois mil e vinte e cinco, na cidade de Borda da Mata, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado, **CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA**, órgão público sediado na Av Wilson Megale, nº 780, 3º piso, Centro, na cidade de Borda da Mata/MG, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 74.068.982/0001-90, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Luiz Carlos da Silva, denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, devidamente inscrito junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato, na modalidade dispensa de licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, e as cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 Contratação para prestação de serviços de registro fotográfico das cerimônias de Mulher Destaque, de Título de Honra ao Mérito, de Título de Cidadão Borda-Matense e de Professor Relevante, a serem realizadas no exercício de 2026, conforme condições estabelecidas no termo de referência.

1.2 TABELA:

Item	Quant.	Unidade	Descrição	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	04	Serv.	Contratação para prestação de serviços de registro fotográfico das cerimônias de Mulher Destaque,	R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

			de Título de Honra ao Mérito, de Título de Cidadão Borda-Matense e de Professor Relevante, a serem realizadas no exercício de 2025, conforme condições estabelecidas no termo de referência.		
--	--	--	--	--	--

2. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

- a) Empresa especializada em serviços de fotografia em geral, com equipamento profissional do contratado e conforme a determinações da organização do evento.
- b) Utilizar de seus próprios equipamentos profissionais para registro das fotografias e seguir as determinações da organização dos eventos;
- c) Os serviços serão realizados de forma parcelada durante o exercício de 2026, devendo o fornecedor manter o preço durante a vigência contratual, para eventos a serem realizados nas seguintes datas:
 - “Título Mulher Destaque” em 29/04/2026 às 19h.
 - “Título Honra ao Mérito” em 29/06/2026 às 19h;
 - “Título Professor Relevante” em 14/10/2026 às 19h;
 - “Cidadão Borda-Matense” em 14/12/2026 às 19h;
- d) As datas elencadas no item anterior poderão ser alteradas, com prévia comunicação e concordância do fornecedor, mantido o preço original e dispensada a realização de aditivo.
- e) Estar disponível 30 minutos antes do início até o encerramento de cada evento;
- f) Entregar, em até 10 (dez) dias após cada evento, em mídia acessível, ao menos cerca de 300 (trezentas) fotos para cada evento, fornecendo à Câmara Municipal com o devido tratamento e resolução adequada, respeitando o presente no cerimonial, o registro de legisladores e autoridades competentes na entrada e no uso da palavra, além do registro do momento da entrega das honrarias aos homenageados e do uso da palavra por parte destes, assim como do público presente.
- g) Da mesma forma, deverá disponibilizar virtualmente um link para que os vereadores, a população em geral e a imprensa tenham acesso às imagens e possam fazer download de todo o material, conforme suas necessidades, por um período de 90 (noventa) dias, o que será disponibilizado no site oficial da Câmara Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

3. CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 3.1 As despesas correrão por conta da respectiva dotação orçamentária a seguir descrita: Conta 1.01.02.00.01.031.0002.4001.339039 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Ficha 10.

4. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

- 4.1 O prazo de vigência, objeto deste contrato, será do dia XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX.
- 4.2 O prazo de vigência do presente contrato poderá ser prorrogado, mediante acordo entre as partes e formalização por termo aditivo, desde que observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demonstrada a vantajosidade para a Administração.
- 4.3 A prorrogação fica condicionada à manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, à existência de disponibilidade orçamentária, bem como à justificativa formal da autoridade competente quanto à necessidade de continuidade da contratação.

5. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR:

- 5.1 O valor total do Contrato é de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

6. CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

- 6.1 A empresa contratada deverá iniciar o fornecimento do objeto deste processo licitatório conforme solicitação e demanda da Câmara Municipal, devendo arcar com todos os custos inerentes à prestação dos serviços.
- 6.2 Os serviços serão prestados de forma parcelada durante o ano, sendo o “Título Mulher Destaque” no mês de abril; “Título Honra ao Mérito” no mês de junho; “Cidadão Borda-Matense” no mês de dezembro; “Título Professor Relevante” no mês de outubro, conforme solicitação prévia da Câmara Municipal.
- 6.3 As datas elencadas no item anterior poderão ser alteradas, com prévia comunicação e concordância do fornecedor, mantido o preço original e dispensada a realização de aditivo.
- 6.4 Estar disponível 30 minutos antes do início até o encerramento de cada evento.
- 6.5 Entregar, em até 10 (dez) dias após cada evento, em mídia acessível, ao menos cerca de 300 (trezentas) fotos para cada evento, fornecendo à Câmara Municipal com o devido tratamento e resolução adequada, respeitando o presente no cerimonial, o registro de legisladores e autoridades competentes na entrada e no uso da palavra, além do registro do momento da entrega das honrarias aos homenageados e do uso da palavra por parte destes, assim como do público presente.



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

- 6.6 Da mesma forma, deverá disponibilizar virtualmente um link para que os vereadores, a população em geral e a imprensa tenham acesso às imagens e possam fazer download de todo o material, conforme suas necessidades, por um período de 90 (noventa) dias, o que será disponibilizado no site oficial da Câmara Municipal.
- 6.7 O local designado para prestação dos serviços será na Câmara Municipal, a Av: Wilson Megale, nº 780 (3º Piso da Rodoviária), Borda da Mata/MG, Cep: 37564-000, no horário das 12 às 18 horas, de segunda à quinta-feira, ou das 8h às 14h na sexta-feira, conforme ordem de fornecimento expedida pela contratante, sendo o custo com a entrega suportado integralmente pela licitante vencedora.
- 6.8 Se o objeto fornecido não corresponder às especificações solicitadas, o contrato poderá ser imediatamente rescindido, e as quantias eventualmente pagas deverão ser devolvidas acrescidas de juros de mora e correção monetária e multa administrativa incidente, na forma do disposto neste termo.
- 6.9 Ficam nomeados como fiscais da contratação os servidores designados na Portaria nº 45, de 24 de setembro de 2025, que serão responsáveis pelo abastecimento dos estoques do objeto deste processo de compra à Câmara Municipal.
- 6.10 Deverá a contratada indicar preposta para comunicação junto à Câmara Municipal.
- 6.11 A Câmara Municipal reserva para si o direito de não aceitar nem receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo extinguir a contratação nos termos previstos nos artigos 137 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, assim como aplicar o disposto no §7º do artigo 90 da mesma lei, sem prejuízo das sanções previstas.
- 6.11.1 Qualquer tolerância por parte da Câmara Municipal, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pelo contratado, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Câmara Municipal exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.
- 6.12 A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Câmara Municipal e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela contratada para a execução do objeto contratual, sendo o contratado o única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.
- 6.13 O contratado, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

indireta, à Câmara Municipal, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se à Câmara Municipal o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

- 6.14 O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 6.15 Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, nos termos do artigo 116 da Lei 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.1 São obrigações da Contratante:

- 7.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo;
- 7.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos e serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido e/ou serviço realizado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto e prestação do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Aviso de Contratação e seus anexos;

- 7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 8.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

execução do objeto e, ainda:

- 8.1.1 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.2 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.1.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 8.1.4 Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 8.1.5 Comunicar à Administração da Câmara Municipal qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 8.1.6 Responsabilizar-se por todos os encargos tributários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes desta contratação.
- 8.1.7 Fornecer o Objeto licitado, com as mesmas características das especificações exigidas no Termo de Referência e/ou aprovadas em tabela apresentada na Sessão.

9. CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO:

- 9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

10. CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

- 10.1 É admissível a fusão, cisão, alteração ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

11 CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

- 11.1 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 117, §4º, I, da Lei nº



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

14.133/2021

- 11.3 O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO:

- 12.1 O estabelecimento contratado deverá realizar o fechamento mensal dos itens adquiridos e encaminhar para conferência da Câmara Municipal. Em seguida, deverá encaminhar a nota fiscal correspondente.
- 12.2 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota fiscal, atestada e emitida de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Contabilidade da Casa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado;
- 12.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto da contratação;
- 12.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 12.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 12.6 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 2 (dois) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;
- 12.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 12.8 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

- 12.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da contratação, caso a contratada não regularize sua situação;
- 12.10 Será rescindido a contratação em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;
- 12.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 12.12 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

- 13.1 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 13.2 Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
- 13.3 A revisão de preços do contrato se traduz em condição excepcional de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo Município de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.
- 13.4 Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.
- 13.5 Defasagens financeiras ao longo do contrato são admissíveis, fazendo parte da álea econômica



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

ordinária, devendo ser suportadas pela contratada até a data-base do reajuste.

13.6 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

13.7 Na hipótese de a contratada solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

13.7.1 Para os fins deste item, a variação dos custos deverá ser comprovada através da apresentação de nota fiscal emitida no período da contratação, que comprove o referido custo de aquisição e de venda, e de nota fiscal no período da solicitação de alteração, de modo a comprovar assim a majoração do custo do produto ou serviço.

13.8 O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

13.9 A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica da contratante, porém contemplará os serviços prestados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do Contratante, sendo lavrado termo aditivo.

13.10 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender a execução dos serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

13.11 Eventuais pedidos de reajuste de preços, repactuação de preços e reequilíbrio econômico-financeiro, serão analisados e devidamente respondidos pela Administração no prazo de até 15 (quinze) dias úteis.

14 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas na contratação, erros ou atrasos no cumprimento da contratação, infringência do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

14.1.1 Advertência;

14.1.2 Multa, conforme os percentuais definidos a seguir:



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

14.1.3 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, prestação do serviço, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

14.1.4 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do valor da contratação, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;

14.1.5 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, nos casos:

- a) inobservância do nível de qualidade dos serviços;
- b) transferência total ou parcial da contratação a terceiros;
- c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;
- d) descumprimento de cláusula contratual.

14.2 A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contratação, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 03 (três) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

14.4 O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Borda da Mata/MG, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

15 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

15.1 Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

15.2 Os casos omissos ou situações excepcionais serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021, utilizando-se, sucessivamente, a Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil), o Código Civil (Lei nº 10.406/2002) e os princípios da licitação pública.

16 DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

16.1 O presente contrato vincula-se ao Edital de Dispensa nº 07/2026 e seus anexos, bem como à proposta apresentada pela CONTRATADA, que passaram a integrar este instrumento, sujeitando-se as partes às normas da Lei nº 14.133/2021.

17 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

17.1 A rescisão contratual poderá ser:

17.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

17.1.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

17.1.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.1.4 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.1.5 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução da contratação até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

17.1.6 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, na retenção dos créditos decorrentes da contratação até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

17.1.7 A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II desta cláusula ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

17.1.8 Na hipótese do inciso II desta cláusula, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

17.1.9 A contratada reconhece os direitos da contratante nos casos previstos na Lei 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

17.1.10 Constituem motivo para extinção contratual os casos descritos no art. 137 da Lei 14.133/2021.

18 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO:

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Borda da Mata, MG, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato;

18.2 E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Borda da Mata/MG, XX de XXXXX de 2026.

**CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
CONTRATANTE**

CONTRATADA